

PROCESSO Nº. 13121251-6

CONTRATO Nº. 078/2014, QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO, O GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE JUSTIÇA E CIDADANIA – SEJUS, E, DE OUTRO, A EMPRESA CERTA SERVIÇOS EMPRESARIAIS E REPRESENTAÇÕES LTDA., PARA OS FINS NELE INDICADOS.

O GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, através da SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA – SEJUS, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.954.530/0001-18, sediada nesta Capital, com endereço na Rua Tenente Benévolo, nº 1055, bairro Meireles, Fortaleza/CE, CEP 60.160-040, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada pela Secretária da Justiça e Cidadania, Dra. **MARIANA LOBO BOTELHO ALBUQUERQUE**, portadora do CPF/MF nº. 624.278.733-49 e do RG nº. 93014009609 SSP/CE, e, a **EMPRESA CERTA SERVIÇOS EMPRESARIAIS E REPRESENTAÇÕES LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 07.468.050/0001-47, Rua Teodorico Barroso, nº 230, bairro Vila União, CEP: 60.420-120, Fortaleza-CE, neste ato representada legalmente pelo Sr. **FRANCISCO DAS CHAGAS DANTAS SANTOS**, inscrito no CPF nº. 381.686.343-49 e RG. nº. 1194504 CRC-CE, tendo em vista o resultado da licitação sob forma de Pregão Presencial, Nº. 20130008-SEJUS, conforme Processo Administrativo nº 13121251-6-SPU/SEJUS, tudo de acordo com as disposições da Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002, do Decreto Estadual 28.089, de 10/01/2006, e os dispositivos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, e legislação aplicável, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO

1.1. O presente contrato tem como fundamento o edital do Pregão Presencial nº 20130008-SEJUS e seus anexos, os preceitos do direito público, e a Lei Federal nº 8.666/1993, com suas alterações, e, ainda, outras leis especiais necessárias ao cumprimento de seu objeto.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E A PROPOSTA

2.1. O cumprimento deste contrato está vinculado aos termos do edital do Pregão Presencial nº 20130008-SEJUS e seus anexos, e à proposta da CONTRATADA, os quais constituem parte deste instrumento, independente de sua transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO

3.1. Contratação de empresa para serviços de MÃO DE OBRA TERCEIRIZADA, cujos empregados sejam regidos pela CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS TRABALHISTAS (CLT), para atender as atividades



finalísticas das Unidades Prisionais da Coordenadoria do Sistema Penal da Secretaria da Justiça e Cidadania do Estado do Ceará - SEJUS, de acordo com as especificações e quantitativos previstos no Anexo II – **LOTE 01**, do edital e na proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA QUARTA – DO LOCAL E DO REGIME DE EXECUÇÃO

4.1. Os serviços, objeto deste Contrato serão realizados nas Unidades Prisionais do Estado localizadas na Região Metropolitana e no Interior do Estado do Ceará, descritas no item 4 do Termo de Referência - Anexo II do Edital do Pregão Presencial nº 20130008-SEJUS.

4.2. O objeto será executado na forma de execução indireta sob o regime de EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.

4.3. Para execução dos serviços, a **CONTRATADA** deverá alocar as seguintes unidades de serviço (categorias profissionais), nos quantitativos/carga horária, definidos no quadro abaixo:

LOTE 01

ITEM	CATEGORIAS	QTD
1	Médico (20h)	5
2	Médico Psiquiatra (20h)	5
3	Enfermeiro (20h)	5
4	Auxiliar de Enfermagem (12x36)	35
5	Auxiliar de Enfermagem (40 hs)	9
6	Dentista (20h)	6
7	Atendente de Odontologia (40h)	2
8	Terapeuta Ocupacional (20h)	1
9	Assistente Social (30h)	11
10	Psicólogo (20h)	11
11	Professor de Educação Física (20h)	3
TOTAL		93

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR E REAJUSTAMENTO

5.1. O Valor Contratual Global, correspondente ao **LOTE 01**, importa na quantia de **R\$ 5.440.066,44 (cinco milhões, quatrocentos e quarenta mil, sessenta e seis reais e quarenta e quatro centavos)**, sendo:

5.1.1. **R\$ 5.098.469,04 (cinco milhões, noventa e oito mil, quatrocentos e sessenta e nove reais e quatro centavos)**, correspondentes a 93 (noventa e três) unidades de serviço, que serão pagas, mensalmente, em parcelas estimadas de R\$ 424.872,42 (quatrocentos e vinte e quatro mil, oitocentos e setenta e dois reais e quarenta e quatro centavos) e,

5.1.2. **R\$ 341.597,40 (trezentos e quarenta e um mil, quinhentos e noventa e sete reais e quarenta centavos)**, correspondentes a 6,7% (seis vírgula sete por cento) do valor do subitem 5.1.1. acima, referente às despesas com diárias, horas extras, adicional noturno e treinamentos, dividido em 12

ESTADO DO CEARÁ - CARTÓRIO MORAIS CORREIA - 4º OFÍCIO DE NOTAS E 2º RTDPJ
 TABELIA: ÂNGELA MARIA ARAÚJO MORAIS CORREIA - CNPJ: 06.573.000/0001-67
 Rua Major Facundo, 676 - Centro - CEP: 60.025-100 - Fortaleza - CE - Tel: (85) 3464.5900
 E-mail: moraiscorreia@moraiscorreia.com.br

--- AUTENTICAÇÃO Nº 226186---

Autentico a presente cópia reprográfica do documento que me foi apresentado nestas notas pela parte interessada. Dou fé
 Fortaleza, 26 de julho de 2017. Emolumento: R\$ 2,35.
 Em testemunho da verdade.
 Selo Digital de Fiscalização - SELO 3-AUTENTICAÇÃO
 AAA114839-A1B2

() - Francisco de A. M. Correia - () - Maria A. L. Soares - () - Silvana M. P. de Sousa
 () - Luiz Morais Correia Neto - () - Cesar Alexandre G. Rodrigues - Escreventes



7 - Meireles

(85) 3401-5625

2/11

parcelas mensais de R\$ 28.466,45 (vinte e oito mil, quatrocentos e sessenta e seis reais e quarenta e cinco centavos), que somente serão pagas caso sejam utilizadas pela CONTRATANTE.

5.2. O preço ofertado em função da taxa de administração será irrevogável.

5.3. Quando da repactuação salarial das categorias através de Convenção Coletiva de Trabalho, será feito o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

5.4. Não poderão ser repassados aos custos do contrato os reajustes salariais espontâneos ou aquelas decorrentes de acordos coletivos de trabalho ou convenções coletivas realizadas fora da data base da categoria.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado a CONTRATADA, mensalmente, pela CONTRATANTE, após a realização dos serviços, devidamente atestados pela área competente, mediante a apresentação de nota fiscal/fatura de serviço e recibo correspondente, através de depósito bancário em conta a ser fornecida pela própria CONTRATADA, exclusivamente no Banco Brasileiro de Descontos S/A – BRADESCO.

6.2. A nota fiscal/fatura que apresente incorreções será devolvida à CONTRATADA para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata o subitem anterior começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal/fatura corrigida.

6.3. As faturas relativas aos serviços mensalmente prestados deverão ser encaminhadas pela CONTRATADA à CONTRATANTE, sob protocolo, até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços faturados, para fins de conferência e atestação da execução dos serviços, acompanhadas de cópia dos comprovantes de quitação das obrigações patronais referentes ao mês da prestação dos serviços faturados, conforme o seguinte:

6.3.1. Pagamento aos funcionários, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços faturados, da remuneração total da mão-de-obra utilizada no objeto do Contrato, através de relatório de crédito em conta corrente emitido, assinado e datado pelo Banco;

6.3.2. Recolhimento das contribuições devidas ao INSS (parte do empregado), FGTS e PIS, relativas, exclusivamente, aos empregados envolvidos na execução deste instrumento;

6.3.3. Entrega até o último dia do mês da prestação dos serviços faturados, de todos os vales-transporte e vales-alimentação referentes ao mês seguinte, aos empregados que prestam serviço à CONTRATANTE;

6.3.4. Pagamento da (s) rescisão (ões) de Contrato (s) efetuado (s), no mês dos serviços faturados, assinada (s) pelo (s) empregado (s) e pelo sindicato da categoria, conforme o caso.

6.4. Cada fatura corresponderá aos serviços efetivamente executados no período de cada mês civil e será paga em até o 10º (décimo) dia útil após a apresentação, pela CONTRATADA à

ESTADO DO CEARÁ - CARTÓRIO MORAIS CORREIA - 4º OFÍCIO DE NOTAS E 2º RTDPJ
TABELIA: ÂNGELA MARIA ARAÚJO MORAIS CORREIA - CNPJ: 06.573.000/0001-67
Rua Major Facundo, 676 - Centro - CEP: 60.025-100 - Fortaleza - CE - Tel: (85) 3464.5900
E-mail: moraiscorreia@moraiscorreia.com.br

--- AUTENTICAÇÃO Nº 228186 ---

Autentico a presente cópia reprográfica do documento que me
apresentado nestas notas pela parte interessada. Dou fé.
Fortaleza, 26 de julho de 2017. Emolumentos: R\$ 2,75
Em testemunho da verdade.
Selo Digital de Fiscalização - SELC 3-AUTENTICACAO
AAA114840-A1B2

() - Francisco de A. M. Correia - () - Maria A. L. Soares - () - Silvana M. P. de S.
() - Luiz MORAIS Correia Neto - () - Cesar Alexandre O. Rodrigues - Escrevente

- Meireles

35) 3101.5025

3/11



CONTRATANTE, da fatura e nota fiscal correspondente, de acordo com a planilha do item 15 deste termo.

6.5. A não comprovação do cumprimento das obrigações relacionadas no item anterior acarretará a suspensão do pagamento da fatura.

6.6. Sem qualquer ônus para a CONTRATANTE, ou incidência em mora, não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA:

6.6.1. Antes:

I - da fatura ser atestada junto ao setor responsável pela fiscalização dos serviços, confirmando que os mesmos foram executados na forma CONTRATADA;

II - da liquidação prevista na Lei Nº. 4.320/64, conforme disposto no artigo 40, XIV, "a", da Lei Federal Nº 8.666/93;

6.6.2. Enquanto houver pendência relativa:

I - à liquidação de obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual;

II - à apresentação de documentação exigida em disposição do Contrato;

III - à comprovação da manutenção das condições iniciais de contratação quanto à situação de regularidade fiscal da empresa.

6.7. Caso a fatura seja apresentada após o prazo constante do subitem 6.3 desta Cláusula, esta será paga após 10 (dez) dias úteis de sua apresentação;

6.8. Caso ocorra erro ou omissão na fatura ou outra circunstância que desaconselhe o seu pagamento, a CONTRATADA deverá substituí-la, devendo o prazo para pagamento ser contado da data de apresentação da nova fatura, nos termos do item anterior;

6.9. Serão descontados, mensalmente, da fatura os valores decorrentes de indenizações ou multas eventualmente registradas;

6.10. Para efeito de cálculo da quantia referente à alimentação, a CONTRATANTE pagará mensalmente à CONTRATADA, a quantidade de 22 (vinte e dois) vales multiplicado pelo valor do vale-alimentação;

6.11. Para efeito de cálculo dos valores pagos com vales-transporte, a CONTRATANTE fixa em 22 (vinte e dois) dias, a quantidade de dias úteis de cada mês. Assim sendo, a CONTRATADA receberá mensalmente, um valor correspondente a $44 \times N \times V$, onde N é o número de locados utilizados na prestação de serviços, e que recebam efetivamente o benefício, e V é o valor do vale-transporte estipulado no Projeto Básico, descontado 6% (seis por cento) do valor da remuneração;

6.12. Em caso de deslocamento do empregado a serviço da CONTRATANTE, será concedida além da passagem terrestre e aérea (classe econômica), diária para cobrir despesas com hospedagem e alimentação, dentro do Estado do Ceará no valor de R\$ 61,33 (sessenta e um reais e trinta e três centavos) para as unidades de serviço constantes no Lote I, estabelecidos no Termo de Referência - Anexo II do Edital do Pregão Presencial nº 20130008-SEJUS.

ESTADO DO CEARÁ - CARTÓRIO MORAIS CORREIA - 4º OFÍCIO DE NOTAS E 2º RTDPJ
TABELIA: ÂNGELA MARIA ARAÚJO MORAIS CORREIA - CNPJ: 06.573.000/0001-67
Rua Major Facundo, 676 - Centro - CEP: 60.025-100 - Fortaleza - CE - Tel: (85) 3464.5900
E-mail: moraiscorreia@moraiscorreia.com.br

1055 - Meireles
(85) 3101.5025

4/11

AUTENTICAÇÃO Nº 228186
Autentico a presente cópia reprográfica do documento que me foi
apresentado nestas notas pela parte interessada. Dou fé.
Fortaleza, 26 de julho de 2017. Emolumentos: R\$ 2,35
Em testemunho da verdade.
Selo Digital de Fiscalização - SELO 3 - AUTENTICAÇÃO
AAA114841-A1B2

() - Francisco de A. M. Correia - () - Maria A. L. Soares - () - Silvana M. P. de Sousa
() - Luiz Morais Correia Neto - () - Cesar Alexandre G. Rodrigues - Escreventes



Confira
selo dig

- 6.12.1. Em caso de deslocamento do empregado a serviço da CONTRATANTE para fora do Estado do Ceará, o valor da diária é de R\$ 141,95 (cento e quarenta e um reais e noventa e cinco centavos), acrescido de 30% a 60%, de acordo com o local do treinamento, e ajuda de custo no valor de R\$ 118,28 (cento e dezoito reais e vinte e oito centavos).
- 6.12.2. Para deslocamentos que não exijam pernoite será concedida metade do valor da diária, desde que o deslocamento seja fora da Região Metropolitana de Fortaleza, onde o terceirizado estiver lotado.
- 6.12.3. As diárias deverão ser repassadas ao locado, até 48 (quarenta e oito) horas após, a solicitação formal da Coordenadoria Gestora do Contrato, via fac-símile à empresa; e,
- 6.12.4. O ressarcimento destes valores será efetuado, mensalmente, através de Fatura e Nota Fiscal, incidindo sobre esta parcela taxa de administração e tributos.
- 6.13. A CONTRATADA cobrará o valor relativo a treinamentos aplicados a pedido da CONTRATANTE, com orçamento previamente aprovado por esta, sendo que na substituição do profissional treinado, o substituto deverá possuir, comprovadamente, no mínimo a mesma capacitação.
- 6.14. A CONTRATADA não poderá, em nenhuma hipótese, condicionar o pagamento dos salários e a entrega dos vales-alimentação e dos vales-transporte aos seus empregados, ao recebimento de suas faturas junto à CONTRATANTE.
- 6.15. O pagamento da fatura correspondente ao último mês de vigência do Contrato ficará na dependência da comprovação por parte da CONTRATADA, através de documento hábil e autêntico, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais relativas aos seus empregados utilizados na prestação dos serviços, inclusive indenizações das rescisões do Contrato de trabalho.
- 6.16. As substituições dos empregados por motivo de férias ou licenças devem estar previstas nos custos, ficando a critério da SEJUS a substituição. Não ocorrendo à substituição, serão deduzidos da fatura os custos inerentes àquela Unidade.
- 6.17. O descumprimento total ou parcial das obrigações acima e ou ausência de regularidade nos documentos mencionados supra, bem como a constatação de falha no cumprimento das obrigações legais e contratuais da CONTRATADA para com seus empregados, ex-empregados, prestadores de serviço e ex-prestadores de serviço, diretamente envolvidos na prestação do serviço objeto deste Contrato, implicará na suspensão de todos os pagamentos devidos à CONTRATADA, até a efetiva regularização, sem aplicação de encargos moratórios.
- 6.18. A critério da CONTRATANTE poderão ser utilizados os pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras de responsabilidade da CONTRATADA.
- 6.19. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria CONTRATADA, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas e no

Secretaria da Justiça e Cidadania • Rua Tenente Benévolo, 1055 – Meireles
Cep: 60.160-040

3101.5025

ESTADO DO CEARÁ - CARTÓRIO MORAIS CORREIA - 4º OFÍCIO DE NOTAS E 2º RTDPJ
TABELIA: ÂNGELA MARIA ARAÚJO MORAIS CORREIA - CNPJ: 06.573.000/0001-67
Rua Major Facundo, 676 - Centro - CEP: 60.025-100 - Fortaleza - CE - Tel: (85) 3464.5900
E-mail: moraiscorreia@moraiscorreia.com.br

5/11

--- AUTENTICAÇÃO Nº 228188 ---

Autentico a presente cópia reprográfica do documento que me
apresentado nestas notas pela parte interessada. Dou fé
Fortaleza, 26 de julho de 2017. Emplumados: R\$ 2,36
Em testemunho da verdade
Selo Digital de Fiscalização - SELO 3 - AUTENTICAÇÃO
AAA114842-A1B2

() - Francisco de A. M. Correia - () - Maria A. L. Soares - () - Silvana M. P. de S.
() - Luiz MORAIS Correia Neto - () - Cesar Alexandre G. Rodrigues - Escrevente



próprio instrumento de Contrato, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs, mesmo aqueles de filiais ou da matriz.

6.20. Caso seja constatada a situação de irregularidade da CONTRATADA junto ao CRC, esta será advertida por escrito, no sentido de que, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação pela Administração, a CONTRATADA regularize sua situação junto ao CRC ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa, sob pena de rescisão de Contrato por culpa exclusiva da CONTRATADA.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS FINANCEIROS E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. As despesas decorrentes da contratação serão provenientes dos recursos do Tesouro do Estado, e correrão por conta da Dotação Orçamentária:

18100004.14.421.077.28793.01.339037.01.0
18100004.14.421.077.28793.02.339037.00.0
18100004.14.421.077.28793.03.339037.00.0
18100004.14.421.077.28793.05.339037.01.0
18100004.14.421.077.28793.06.339037.00.0
18100004.14.421.077.28793.07.339037.00.0
18100004.14.421.077.28793.08.339037.00.0

CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO

8.1. O prazo de vigência contratual é de **12 (doze) meses, contados a partir do dia 03/10/2014**, devendo ser publicado na forma do parágrafo único, do art. 61, da Lei Federal nº 8.666/1993.

8.2. O prazo de vigência poderá ser prorrogado nos termos do que dispõe o art. 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/1993, por ser considerado pela contratante, serviço de natureza contínua.

CLÁUSULA NONA – DA GARANTIA CONTRATUAL

9.1. A garantia prestada, de acordo com o estipulado no edital, será restituída e/ou liberada após o cumprimento integral de todas as obrigações contratuais e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente, conforme dispõe o § 4º, do art. 56, da Lei Federal nº 8.666/1993. Na ocorrência de acréscimo contratual de valor, deverá ser prestada garantia proporcional ao valor acrescido, nas mesmas condições estabelecidas no subitem 19.7.1 do edital.

CLAUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. Executar o objeto em conformidade com as condições contratuais.

10.2. Manter durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

10.3. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os percentuais de acréscimos ou supressões limitados ao estabelecido no §1º, do art. 65, da Lei Federal nº 8.666/1993, tomando-se por base o valor contratual.

Sec
Cep: 60

ESTADO DO CEARÁ - CARTÓRIO MORAIS CORREIA - 4º OFÍCIO DE NOTAS E 2º RTDPJ
TABELIA: ÂNGELA MARIA ARAÚJO MORAIS CORREIA - CNPJ: 06.573.000/0001-67
Rua Major Facundo, 676 - Centro - CEP: 60.025-100 - Fortaleza - CE - Tel: (85) 3484.5800
E-mail: moraiscorreia@moraiscorreia.com.br

--- AUTENTICAÇÃO Nº 226188 ---

Autentico a presente cópia reprográfica do documento que me foi
apresentado nestas notas pela parte interessada. Dou fé
Fortaleza, 25 de julho de 2017. Emolumentos: R\$ 2,35
Em testemunho da verdade
Selo Digital de Fiscalização - SELC 3 - AUTENTICACAO
AAA114843-A1B2

() - Francisco de A. M. Correia - () - Maria A. L. Soares - () - Silvana M. P. de
() - Luiz Moraes Correia Neto - () - César Alexandre G. Rodrigues - Escrevente



- 10.4. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da sua culpa ou dolo, quando da execução do objeto, não podendo ser arguido para efeito de exclusão ou redução de sua responsabilidade o fato da CONTRATANTE proceder à fiscalização ou acompanhar a execução do contrato.
- 10.5. Responder por todas as despesas diretas e indiretas que incidam ou venham a incidir sobre a execução contratual, inclusive as obrigações relativas a salários, previdência social, impostos, encargos sociais e outras providências, respondendo obrigatoriamente pelo fiel cumprimento das leis trabalhistas e específica de acidentes do trabalho e legislação correlata, aplicáveis ao pessoal empregado para execução do contratual.
- 10.6. Prestar imediatamente as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.
- 10.7. Providenciar a substituição de qualquer profissional envolvido na execução do objeto contratual, cuja conduta seja considerada indesejável pela fiscalização da CONTRATANTE.
- 10.8. Responsabilizar-se integralmente pela observância do dispositivo no título II, capítulo V, da CLT, e na Portaria n.º 3.460/77, do Ministério do Trabalho, relativos à segurança e higiene do trabalho, bem como a Legislação correlata em vigor a ser exigida.
- 10.9. Apresentar mensalmente junto à contratante no prazo máximo de cinco dias úteis subsequente ao término dos serviços prestados, as folhas de pagamentos e as guias de recolhimentos dos encargos sociais exigidos em legislação vigente, em que se comprove a inclusão de empregados utilizados nos serviços contratados, os quais não terão, em tempo algum, durante o período contratual, nenhum vínculo empregatício com a contratante ou com o Governo do Estado do Ceará, sendo também de responsabilidade da contratada, o pagamento de todos os tributos que, direta ou indiretamente, incidam sobre a prestação dos serviços contratados, inclusive as contribuições previdenciárias fiscais e parafiscais, (FGTS, PIS, EMOLUMENTOS, SEGUROS DE ACIDENTES DE TRABALHO e outros previstos em lei), ficando excluída qualquer solidariedade da contratante por eventuais autuações administrativas e/ou judiciais, uma vez que a inadimplência da contratada com referência às suas obrigações não se transfere a contratante. Em nenhuma hipótese, e sob qualquer pretexto, poderá a contratada vincular pagamentos de sua responsabilidade, inclusive os devidos a seus empregados, aos pagamentos a ela devidos pela contratante.
- 10.10. Manter durante toda a execução contratual, um escritório instalado na cidade de Fortaleza, com toda a infra-estrutura adequada, para atender as necessidades da CONTRATADA no intercâmbio financeiro e de recursos humanos.
- 10.11. Apresentar a CONTRATANTE, previamente, a escala de férias dos empregados que estiverem à disposição da CONTRATANTE, bem como fazer suas reposições com as mesmas características profissionais daqueles beneficiados por férias ou licenças.

Cep: _____

ESTADO DO CEARÁ - CARTÓRIO MORAIS CORREIA - 4º OFÍCIO DE NOTAS E 2º RTDPJ
TABELIA: ÂNGELA MARIA ARAÚJO MORAIS CORREIA - CNPJ: 06.573.000/0001-67
Rua Major Facundo, 676 - Centro - CEP: 60.025-100 - Fortaleza - CE - Tel: (85) 3464.5900
E-mail: moraiscorreia@moraiscorreia.com.br

7/11

--- AUTENTICAÇÃO Nº 226186 ---
Autentico a presente cópia reprográfica do documento que
apresentado nestas notas pela parte interessada. Dou
Fortaleza, 26 de Julho de 2017. Emolumentos: R\$ 2,30
Em testemunho da verdade
Selo Digital de Fiscalização - SELO 3 - AUTENTICACAO
AAA114844-A1S2

() - Francisco de A. M. Correia - () - Maria A. L. Soares - () - Silvana M. P. de Sousa
() - Luiz MORAIS Correia Neto - () - Cesar Alexandre G. Rodrigues - Escreventes

7/11

7/11



10.18. Fornecer o fardamento aos funcionários utilizados na prestação dos serviços até o final da primeira quinzena do início do contrato, e na prorrogação do contrato, caso ocorra.

11.5. Determinar o horário da realização dos serviços podendo ser variável em cada local e passível de alteração, conforme conveniência da CONTRATANTE com observância das leis trabalhistas.

() - Francisco de A. M. Correia - () - Maria A. L. Soares - () - Silvana M. P. de Sousa
() - Luiz Morais Correia Neto - () - Cesar Alexandre G Rodrigues - Escreventes



Confira os dados
selecionados

- 11.6. Solicitar que a CONTRATADA realize treinamento específico a fim de atender interesse exclusivo da Administração, permanecendo a responsabilidade primária da CONTRATADA em manter a especialização e qualidade dos serviços licitados. Os custos decorrentes dessa hipótese serão ressarcidos pela Administração, observando-se o disposto no art. 65, da Lei 8.666/1993.
- 11.7. Aplicar as penalidades previstas em lei e neste instrumento.
- 11.8. Reembolsar a CONTRATADA os valores decorrentes de pagamentos de diárias, devidamente comprovados, em caso de indispensável deslocamento de funcionário da CONTRATADA a serviço em outra localidade diferente da sua lotação, na forma e condições estabelecidas na legislação pertinente e no valor estabelecido na Convenção/Dissídios coletivos de trabalho da categoria profissional respectiva. Nos deslocamentos para fora do Estado será paga, além das diárias, a passagem aérea classe econômica, observando-se o disposto no art. 65, da Lei 8.666/1993.
- 11.9. Reembolsar à CONTRATADA os valores de despesas, devidamente comprovadas, decorrentes de pagamentos de horas extras, quando for o caso.
- 11.10. Conferir e atestar as notas fiscais/faturas correspondentes da execução dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA POLÍTICA DE SEGURANÇA

- 12.1. Cumprir as determinações da política de segurança da CONTRATANTE, no que couber:
- 12.1.1. A CONTRATADA deverá obedecer às normas, aos padrões, às rotinas e à metodologia da CONTRATANTE, em especial às que integram as Diretrizes e Normas de Segurança da Informação da CONTRATANTE, bem como às que disserem respeito à segurança e confiabilidade dos procedimentos físicos de armazenamento e transporte dos documentos e arquivos magnéticos.
- 12.1.2. A CONTRATADA deverá manter sigilo absoluto quanto às informações contidas nos documentos ou recursos manipulados por seus empregados, especialmente quanto àqueles a serem digitados e/ou processados, dedicando especial atenção à sua guarda.
- 12.1.3. A CONTRATADA assume inteira responsabilidade pelo uso indevido ou ilegal de informações privilegiadas da CONTRATANTE, através do manuseio de sistemas e manipulação de dados, praticado por seus empregados.
- 12.1.4. A CONTRATADA deverá responder pelas perdas, reproduções indevidas e/ou adulterações que porventura venham a ocorrer nos documentos e arquivos magnéticos durante o período em que estes estiverem sob sua guarda.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – FISCALIZAÇÃO

- 13.1. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada pelo servidor **JOSÉ TERCEIRO DE PAIVA BEZERRA**, especialmente designada para este fim pela Administração, de acordo com o estabelecido no art.67 da Lei n.º8.666/93, doravante denominado simplesmente GESTOR.

Secretaria de Justiça e Cidadania
ESTADO DO CEARÁ - CARTÓRIO MORAIS CORREIA - 4º OFÍCIO DE NOTAS E 2º RTDPJ
TABELIA: ÂNGELA MARIA ARAÚJO MORAIS CORREIA - CNPJ: 06.573.000/0001-67
Rua Major Facundo, 876 - Centro - CEP: 60.025-100 - Fortaleza - CE - Tel: (85) 3454.5900
E-mail: moraiscorreia@moraiscorreia.com.br

--- AUTENTICAÇÃO Nº 226186 ---
Autentico a presente cópia reprográfica do documento que me foi apresentado nestas notas pela parte interessada. Dou fé da verdade.
Fortaleza, 26 de julho de 2017. Emolumentos: R\$ 2,35
Em testemunho da verdade
Selo Digital de Fiscalização - SELO 3 - AUTENTICAÇÃO
AAA114846-A1B2
() - Francisco de A. M. Correia - () - Maria A. L. Soares - () - Silvana M. P. Neto
() - Luiz Morais Correia Neto - () - Cesar Alexandre G. Rodrigues - Escrivão

feireles
3101.5025

9/11



CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. No caso de inadimplemento de suas obrigações, a CONTRATADA estará sujeita, sem prejuízo das sanções legais nas esferas civil e criminal, às seguintes penalidades:

14.1.1. Multas, estipuladas na forma a seguir:

- a) Multa diária de 0,3% (três décimos por cento), no caso de atraso na execução do objeto contratual até o 30º (trigésimo) dia, sobre o valor da nota de empenho ou instrumento equivalente.
- b) Multa diária de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor da nota de empenho ou instrumento equivalente, em caso de descumprimento das demais cláusulas contratuais, elevada para 0,3% (três décimos por cento) em caso de reincidência.
- c) Multa diária de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor do contrato, em caso de descumprimento das demais cláusulas contratuais, elevada para 1% (um por cento) em caso de reincidência.
- d) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, no caso de desistência da execução do objeto ou rescisão contratual não motivada pela CONTRATANTE.

14.1.2. Impedimento de licitar e contratar com a Administração, sendo, então, descredenciado no cadastro de fornecedores da Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG), do Estado do Ceará, pelo prazo máximo de até 5 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste instrumento e das demais cominações legais.

14.2. Se não for possível o pagamento da multa por meio de desconto dos créditos existentes, a CONTRATADA recolherá a multa por meio de Documento de Arrecadação Estadual (DAE), podendo ser substituído por outro instrumento legal, em nome do órgão CONTRATANTE. Se não o fizer, será cobrada em processo de execução.

14.3. Nenhuma sanção será aplicada sem garantia da ampla defesa e contraditório, na forma da lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

15.1. A inexecução total ou parcial deste contrato e a ocorrência de quaisquer dos motivos constantes no art. 78, da Lei Federal nº 8.666/1993 será causa para sua rescisão, na forma do art. 79, com as consequências previstas no art. 80, do mesmo diploma legal.

15.2. Este contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo pela CONTRATANTE, mediante aviso prévio de no mínimo 30 (trinta) dias, nos casos das rescisões decorrentes do previsto no inciso XII, do art. 78, da Lei Federal nº 8.666/1993, sem que caiba à CONTRATADA direito a indenização de qualquer espécie.

Secretaria
Cep: 60.160-000

ESTADO DO CEARÁ - CARTÓRIO MORAIS CORREIA - 4º OFÍCIO DE NOTAS E 2º FTD
TABELIA: ÂNGELA MARIA ARAÚJO MORAIS CORREIA - CNPJ: 06.573.000/0001-00
Rua Major Facundo, 676 - Centro - CEP: 60.025-100 - Fortaleza - CE - Tel: (85) 3101-4521
E-mail: moraiscorreia@moraiscorreia.com.br

1055 - Meireles

10/11

--- AUTENTICAÇÃO Nº 226188 ---
Autentico a presente cópia reprográfica do documento
apresentado nestas notas pela parte
Fortaleza, 26 de julho de 2017. Emolumentos: R\$ 2,00
Em testemunho da verdade.
Selo Digital de Fiscalização - SELO 3 - AUTENTICAÇÃO
AAA114847-A1B2

() - Francisco de A. M. Correia () - Maria A. L. Soares
() - Luiz MORAIS Correia Neto () - Cesar Alexandre G.



CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA CONDIÇÃO RESOLUTIVA


16.1. O presente Contrato, firmado por força da concessão de mandado de segurança expedido pelo TJ/CE, tem sua vigência condicionada ao julgamento do mérito do objeto em discussão nos autos do processo Judicial nº 0625093-83.2014.8.06.0000.


CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO


17.1. Fica eleito o Foro do município Fortaleza do Estado do Ceará para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução deste contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa.

E, por estarem de acordo, foi mandado lavrar o presente contrato, que está visado pela Assessoria Jurídica da CONTRATANTE, e do qual se extraíram 3 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, as quais, depois de lidas e achadas conforme, vão assinadas pelos representantes das partes e pelas testemunhas abaixo.

Fortaleza, 26 de setembro de 2014.


MARIANA LOBO BOTELHO ALBUQUERQUE
SECRETÁRIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA


FRANCISCO DAS CHAGAS DANTAS SANTOS
EMPRESA CERTA SERVIÇOS EMPRESARIAIS E REPRESENTAÇÕES LTDA.


JOSÉ TERCEIRO DE PAIVA BEZERRA
GESTOR DO CONTRATO

VISTO:

CARLOS EDUARDO NUNES DE SENA
COORDENADOR DA ASSESSORIA JURÍDICA

TESTEMUNHAS:

1. Karoline L. do Nascimento CPF: 066.660.233-40
2. _____ CPF: _____

ESTADO DO CEARÁ - CARTÓRIO MORAIS CORREIA - 4º OFÍCIO DE NOTAS E 2º RTDPJ
TABELIA: ÂNGELA MARIA ARAÚJO MORAIS CORREIA - CNPJ: 06.573.000/0001-67
Rua Major Facundo, 676 - Centro - CEP: 60.025-100 - Fortaleza - CE - Tel: (85) 3101.5025
E-mail: moraiscorreia@moraiscorreia.com.br

--- AUTENTICAÇÃO Nº 228188 ---
Autentico a presente cópia/reprográfrica do documento que me
apresentado nestas notas pela parte interessada. Dou fé
Fortaleza, 26 de julho de 2017. Emolumento: R\$ 2,35
Em testemunho _____ da verdade.
Selo Digital de Fiscalização - SELO 3 - AUTENTICAÇÃO
AAA114848-A1B2

() - Francisco de A. M. Correia - () - Maria A. L. Soares - () - Silvana M. P. de Sousa
() - Luiz MORAIS Correia Neto - () - Cesar Alexandre G. Rodrigues - Escreventes



Confira os
selos digitais.